

**6º ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA**  
**Sessão Temática: e. Emprego e Mercado de Trabalho, Demografia Econômica**

**DESENVOLVIMENTO E MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO DO  
MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS NA REGIÃO METROPOLITANA DE  
PORTO ALEGRE DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)**

Anderson Bonetto Carraro\*  
Angélica Massuquetti\*\*  
Tiago Wickstrom Alves\*\*\*

Resumo: O objetivo do artigo foi analisar o mercado de trabalho dos jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) durante o governo Lula (2003-2010). A metodologia empregada foi a coleta de informações em bases de dados, como FEE, IBGE, IPEA, OIT e MTE. Além disso, utilizou-se o *software*, de análise de dados espaciais, GeoDa. Os resultados revelaram que o emprego juvenil cresceu quase 20% na RMPA. Alguns setores, como comércio e serviços, cresceram acima da média, em detrimento do setor industrial. Por outro lado, houve uma diminuição da remuneração, medida em salários mínimos, nesta região e nesta faixa etária. Este fato pode ser explicado pelo elevado índice de crescimento real do salário mínimo nacional, durante o período em análise, muito acima do crescimento do mercado de trabalho juvenil da região.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Desemprego Juvenil; RMPA.

## **1 INTRODUÇÃO**

Os jovens<sup>1</sup> respondem por grande parcela da População em Idade Ativa (PIA) da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)<sup>2</sup>. Eles são, aproximadamente, 17% da população total desta região (FEE, 2011), que destoa das demais áreas do estado por ser a mais populosa e a mais avançada economicamente. Além disso, a RMPA está inserida num

---

\* Economista pelo Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Av. Unisinos, 950, São Leopoldo, 93.022-000, RS. Endereço eletrônico: anderbc@hotmail.com

\*\* Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Av. Unisinos, 950, São Leopoldo, 93.022-000, RS. Endereço eletrônico: angelicam@unisinos.br

\*\*\* Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Av. Unisinos, 950, São Leopoldo, 93.022-000, RS. Endereço eletrônico: twa@unisinos.br

<sup>1</sup> De acordo com a OIT (2009), jovem é o indivíduo com idade entre 15 e 24 anos de idade. Porém, neste estudo, optou-se por utilizar a faixa etária de 16 a 24 anos, pois, no Brasil, a idade mínima de ingresso legal no mercado de trabalho é de 16 anos, conforme emenda de 1998 à Constituição Federal. Cabe destacar que alguns estudos consideram, como jovens, as pessoas que tem entre 15 e 29 anos de idade.

<sup>2</sup> Até 1988, a atribuição constitucional de criação de regiões metropolitanas era do Governo Federal. A partir de então esta atribuição passou aos estados. A Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, de 1989, manteve a RMPA com os 14 municípios já existentes, agregando três emancipados dos originais e cinco novos. Alterações na composição da RMPA somente poderão ser realizadas através de Lei Complementar. A seguir estão os municípios que compõem a região, com seus respectivos anos de ingresso: 1973 (Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Viamão); 1989 (Eldorado do Sul, Glorinha, Nova Hartz, Dois Irmãos, Ivoti, Parobé, Portão, Triunfo); 1994 (Charqueadas); 1998 (Nova Santa Rita, Araricá); 1999 (Montenegro, Taquara, São Jerônimo); 2000 (Santo Antônio da Patrulha, Arroio dos Ratos); 2001 (Capela de Santana); 2010 (Rolante).

dos estados mais desenvolvidos e com melhor qualidade de vida do Brasil. Contudo, segundo Bastos (2007), a entrada dos jovens no mercado de trabalho geralmente é difícil, se caracterizando por elevadas taxas de desemprego e de informalidade, bem como por baixos níveis de rendimento e de proteção social.

Conforme afirma Constanzi (2009), embora os setores do mercado de trabalho nos quais os jovens estão inseridos estejam sujeitos às flutuações da economia, em geral, a juventude é atingida mais severamente em momentos de retração e é menos beneficiada em períodos de melhoria e de recuperação econômica.

Um dos indicadores das condições dos jovens no mercado de trabalho, a taxa de desemprego, geralmente, se mostra em níveis elevados na população juvenil. Isto acontece, conforme Flori (2003), em praticamente todos os países, sendo que entre os jovens registram-se níveis de desemprego superiores aos da média da população. Este fenômeno deve ser analisado com profundidade, já que apenas sua compreensão permite seu enfrentamento.

Além disso, a entrada do jovem no mercado de trabalho representa, segundo Gonzalez (2009), a transição escola-trabalho na vida do novo trabalhador. Esta mudança geralmente é conflituosa em razão das diferenças de um ambiente escolar, onde o objetivo é o aprendizado, para um ambiente profissional, com cobranças de resultados imediatos.

Exposta, na média, a altos níveis de violência, precária escolaridade e elevados índices de pobreza, a população jovem brasileira encontra-se em uma situação de fragilidade social. Segundo Gonzalez (2009), isto se deve à crise em que se encontra a transição escola-mercado de trabalho para os jovens.

Porém, ações estão sendo tomadas pelo executivo, tanto brasileiro, quanto gaúcho, para combater estas dificuldades. Tais medidas estão baseadas em programas sociais voltados para o público jovem, como o Programa Primeiro Emprego do Governo Federal. Estes programas possuem diferentes meios, mas os mesmos objetivos: ajudar o jovem a se preparar profissionalmente.

O sistema educacional, no Brasil, na sua quase totalidade, é frágil, tendo em vista que o país está sempre nos últimos lugares em leitura, matemática e ciências, dentre as 65 nações pesquisadas pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), organizado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). Isto pode ser comprovado quando se compara a quantidade média de anos de estudo e a qualidade de ensino do país, frente às demais nações em desenvolvimento. Esta disparidade ocorre pela baixa qualidade, na média, do ensino, principalmente nas escolas públicas brasileiras. Constata-se, porém, nos últimos anos, uma elevação no nível escolar do país. Mas este

aumento educacional, conforme Gonzalez (2009), vem acompanhado da queda de qualidade do ensino e de aprendizagem por parte dos egressos do sistema brasileiro de educação.

Conforme relata Bastos (2007), o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) juvenil (28,2%), na RMPA, no período de 1993 a 2005, foi superior ao observado pela ocupação (20,2%), revelando uma baixa capacidade de absorção de mão-de-obra juvenil pelo mercado de trabalho no período, o que trouxe consigo acentuada elevação do estoque de desempregados desse grupo populacional.

O desenvolvimento do país está ligado, em parte, ao público jovem que está chegando ao mercado de trabalho, pois são estes indivíduos que integrarão a força de trabalho brasileira nas próximas décadas. Por isso, se faz necessário um estudo específico das condições em que está vivendo este contingente populacional, mostrando a situação trabalhista nas quais os jovens estão sujeitos nos dias de hoje.

E sob esta perspectiva para o jovem no mercado de trabalho é que se questiona: Qual a população de jovens que se inseriram no mercado de trabalho da RMPA, durante o governo do presidente Lula<sup>3</sup>, e qual a remuneração média recebida por eles neste período? A partir deste questionamento, o estudo pretende lançar um olhar mais detalhado sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA no período do Governo Lula, ou seja, de 2003 a 2010, durante a primeira década e o primeiro governo federal eleito deste século. Concentrar a pesquisa na RMPA justifica-se por suprir uma lacuna de um estudo mais abrangente para o jovem, que está entrando no mercado de trabalho na região. Sendo a região uma das mais desenvolvidas e com maior nível educacional do país, entender como sua população jovem se insere no mercado de trabalho e quais suas dificuldades torna-se necessário, pois serve para buscar caminhos para resolver as adversidades e promover os pontos positivos que podem servir de exemplo para regiões em piores situações socioeconômicas.

Este trabalho é de caráter teórico-empírico, visando analisar as principais contribuições teóricas acerca do mercado de trabalho juvenil e buscando o estudo de um caso específico, ou seja, a inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA. A pesquisa bibliográfica para a análise teórica foi feita a partir de livros, artigos, teses e dissertações que tratam sobre o tema. Os dados secundários para a análise empírica foram pesquisados em instituições, como: Fundação de Economia e Estatística (FEE), Instituto Brasileiro de

---

<sup>3</sup> A análise deste governo se justifica por ter o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terminado seu mandato com aprovação recorde de gestão, o que faz ser questionada, neste estudo, sua contribuição ao mercado de trabalho juvenil. Ao final de oito anos de mandato, 80% da população brasileira considerava seu governo “ótimo” ou “bom” de acordo com a pesquisa realizada pelo instituto Ibope a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) (GOVERNO, 2011).

Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre outras. Além disso, utilizou-se o *software*, de análise de dados espaciais, GeoDa.

Com base nestas informações, este estudo foi organizado da seguinte forma. Após esta breve introdução, na segunda seção aborda-se o panorama geral do mercado de trabalho, em específico o voltado para os jovens da RMPA. Na terceira seção, analisa-se o mercado de trabalho juvenil da RMPA durante os dois mandatos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva a partir da estatística descritiva e da análise espacial, utilizando-se para isso o *software* GeoDa. E, finalmente, o artigo encerra-se com suas principais conclusões e algumas sugestões para futuros trabalhos.

## **2 MERCADO DE TRABALHO JUVENIL: PANORAMA GERAL**

A primeira atividade profissional representa uma experiência importante na trajetória futura do jovem no mercado de trabalho. O começo de carreira precário e antecipado tende a refletir-se pelo resto da vida profissional do indivíduo. Nesta seção busca-se apresentar um panorama geral do mercado de trabalho, em específico o voltado para os jovens, tanto em âmbito nacional, quanto gaúcho e da Região Metropolitana de Porto Alegre.

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO ATUAL DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL**

O desemprego é um grave problema social que afeta tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento. Ele se caracteriza pela falta de capacidade dos países em prover emprego a todos àqueles que o queiram. Entre os jovens, segundo Flori (2003) o desemprego assume proporções ainda piores em níveis mundiais.

No Brasil, conforme Constanzi (2009), a situação não é muito diferente. Uma parcela significativa dos jovens entra no mercado de trabalho de forma precária. Esta inserção se caracteriza por altas taxas de desemprego e informalidade, bem como por baixos níveis de rendimento e de proteção social. O autor revela que dentre os grupos de jovens que mais sofrem com o desemprego estão os negros e as mulheres e, em maior grau, a junção destes grupos, ou seja, as jovens negras.

Nos últimos anos, pode-se verificar que houve uma constante queda na população jovem economicamente ativa da RMPA (tabela 1). Esta tendência, segundo Constanzi (2009), de decréscimo da população jovem no mercado de trabalho não é necessariamente um indício de piora da inserção juvenil neste mercado, pois este panorama é causado em parte pelo processo de envelhecimento da população brasileira e também pela diminuição de

participação dos jovens no mercado de trabalho. Isto em decorrência do aumento da escolaridade e da postergação da atividade profissional.

Tabela 1: PEA por Faixas Etárias Seleccionadas e Sexo, na RMPA - 2003-2009

(em 1000 pessoas)

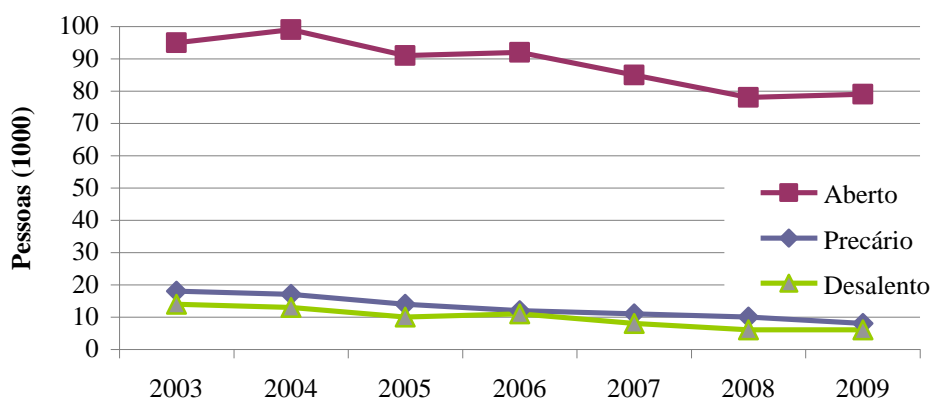
Ano	Jovens				Adultos			
	16 e 17 anos		18 a 24 anos		16 a 24 anos		Acima de 24 anos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2003	30	25	201	174	231	199	732	591
2004	29	26	210	178	239	204	740	609
2005	26	24	210	177	236	201	761	628
2006	26	21	204	176	230	197	773	647
2007	22	20	199	179	221	199	801	668
2008	25	24	197	172	222	196	838	727
2009	23	19	192	168	215	187	861	746

Fonte: Bastos (2010a).

Para combater o desemprego juvenil, segundo Pochmann (2007), países como França e Alemanha retardam, através de incentivos financeiros aos jovens estudantes, a entrada destes ao mercado de trabalho. O autor defende a ideia de que a distribuição de renda através de programas bolsa-escola e renda mínima, com o objetivo de prorrogar a entrada do jovem no mercado de trabalho, é um aspecto importante na solução do problema no Brasil.

No gráfico 1 são analisados os dados relativos ao desemprego, por tipo, dos jovens na RMPA durante o governo Lula. Pode-se constatar que houve uma diminuição dos índices, em especial do desemprego aberto, que representa a maior parte de desempregados jovens da RMPA. Isto se deve por tratar-se de um tipo de desemprego que engloba os indivíduos que, no último mês anterior ao da pesquisa, procuraram emprego, sem exercer nenhuma atividade no mercado informal. No período em análise, constata-se que o desemprego precário, onde o indivíduo exerce alguma atividade informal, e o desemprego por desalento, que são as pessoas que não procuram emprego a mais de 30 dias por desestímulo, também teve seus índices diminuídos, revelando uma melhora nos níveis de emprego juvenil na RMPA.

Gráfico 1: Desempregados Jovens por Tipo na RMPA (em 1000 pessoas) - 2003-2009



Fonte: Elaboração própria a partir de Bastos (2010a).

Compreender quais as adversidades que inibem o jovem de chegar ao mercado de trabalho se faz de suma importância. O começo da vida profissional deve ser uma experiência satisfatória, pois ali serão dados os primeiros passos para todo o restante da trajetória econômica, social e pessoal daquele indivíduo.

## 2.2 EMPREGO, ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO JUVENIL

Conforme indica Constanzi (2009), a população jovem brasileira não é homogênea a ponto de sofrer os efeitos das flutuações econômicas igualmente. Pelo contrário, a heterogeneidade e as desigualdades sociais dos jovens brasileiros se manifestam severamente em relação à acessibilidade ao mercado de trabalho. O autor explica como ocorrem tais diferenças:

[...] Existem, na verdade, juventudes diversas, imersas em distintos cenários. As mulheres jovens, os jovens negros de ambos os sexos, assim como os jovens das áreas metropolitanas de baixa renda, ou de determinadas zonas rurais são afetados de forma mais severa pela exclusão social, pela falta de oportunidades e pelo déficit de emprego de qualidade (CONSTANZI, 2009, p. 19).

A entrada ao mercado de trabalho por necessidades econômicas, geralmente, afasta o jovem de baixa renda do aumento da escolaridade e da qualificação profissional. A conciliação entre trabalho e estudo está presente na vida de uma considerável parcela dos jovens brasileiros. Atualmente, contudo, tais indivíduos encontram dificuldades em conciliar estas atividades, entre outros motivos, por cumprirem extensas jornadas de trabalho. A tabela 2 apresenta as atividades dos jovens da RMPA, no período 2003 a 2009, em relação a trabalho, estudo e gênero.

Tabela 2: Estimativa dos Jovens Segundo Situação de Trabalho, Estudo e Sexo, na RMPA - 2003-2009 (em 1000 pessoas)

Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Faixa Etária	16 a 24	16 a 24	16 a 24	16 a 24	16 a 24	16 a 24	16 a 24
<b>Total</b>	<b>614</b>	<b>630</b>	<b>631</b>	<b>620</b>	<b>614</b>	<b>605</b>	<b>586</b>
Mulheres	307	311	313	308	310	299	289
Homens	307	319	318	312	304	306	297
<b>Só estuda</b>	<b>113</b>	<b>120</b>	<b>128</b>	<b>127</b>	<b>129</b>	<b>123</b>	<b>123</b>
Mulheres	60	60	67	66	66	61	64
Homens	53	60	61	61	63	62	59
<b>Estuda e trabalha e/ou procura trabalho</b>	<b>165</b>	<b>168</b>	<b>156</b>	<b>147</b>	<b>151</b>	<b>154</b>	<b>144</b>
Mulheres	82	84	80	74	78	79	73
Homens	83	84	76	73	73	75	72
<b>Só trabalha e/ou procura trabalho</b>	<b>267</b>	<b>275</b>	<b>280</b>	<b>280</b>	<b>268</b>	<b>265</b>	<b>258</b>
Mulheres	118	120	120	123	120	118	114
Homens	149	155	160	157	148	147	144

Fonte: Bastos (2010a).

A partir destes dados, pode-se verificar que durante a última década, a população jovem na RMPA manteve-se praticamente estagnada, com uma leve queda. Por outro lado, é possível notar um aumento no contingente de indivíduos que somente estudam, em

detrimento daqueles que conciliam estudo e trabalho. Porém, a população de jovens que somente trabalha teve uma pequena elevação durante a década.

Conforme Bastos (2010c), a coorte juvenil da RMPA manteve-se em torno de 20% da PIA da região até o ano de 2004. A partir do ano de 2005 entrou num período de declínio, chegando a representar 16,9% da PIA da RMPA. Tais evidências contribuíram para que a oferta de trabalho deste segmento de trabalhadores se mantivesse em patamares estáveis, contribuindo, assim, para a inserção ao mercado dos jovens na região. Bastos (2010c, p.7) explica mais detalhadamente como ocorreu tais mudanças:

[...] No âmbito do mercado de trabalho da RMPA, a População Economicamente Ativa (PEA) jovem elevou-se até o ano de 2004, quando atingiu 443 mil indivíduos, para após ingressar em um processo de redução, situando-se em 402 mil indivíduos em 2009, nível semelhante ao existente em 1999. Dessa forma, a taxa média anual de crescimento da força de trabalho jovem metropolitana no período foi de aproximadamente zero. Também nesse caso, tal trajetória evolutiva foi distinta da PEA adulta, a qual cresceu a um ritmo médio anual de 2,7% no período em foco. Em face do comportamento díspar da força de trabalho jovem *vis-à-vis* à adulta, a parcela relativa de jovens na PEA total da região contraiu-se de 24,3% em 1999 para 19,9% em 2009. Portanto, essas evidências corroboram a compreensão de que a força de trabalho dos jovens não ampliou a pressão exercida sobre o mercado de trabalho local nos anos 2000.

Esta situação de baixa pressão da oferta de mão de obra juvenil foi um dos motivos pelos quais o segmento trabalhista em questão teve uma década de relativo crescimento. O período em análise caracterizou-se por um ciclo econômico positivo, no Brasil. O mercado de trabalho juvenil acompanhou esta trajetória, mas como já lhe é peculiar, não na mesma proporção. Houve também melhoras nos índices de escolaridade dos jovens e no emprego formal, em especial na RMPA.

### 2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOCIAIS PARA A JUVENTUDE

Conforme Constanzi (2009), no Brasil existem vários programas e ações voltadas para a qualificação e a inserção dos jovens ao mercado de trabalho. Estas medidas ocorrem tanto nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) quanto no setor privado brasileiro e fazem parte de um conjunto de políticas introduzidas no último governo.

Os antecedentes de uma Política Nacional da Juventude (PNJ) nasceram com o compromisso que os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) assinaram em 1965. Porém, esta medida de apoio aos jovens pela ONU somente começou a tornar-se realidade em 1985, com a criação do *Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz*. A partir deste ato, juntamente ao empenho de agências Intergovernamentais como a Organização Internacional para a Juventude (OIJ), as questões relativas aos jovens começaram a ganhar importância na pauta política dos países da América Latina (SILVA; ANDRADE, 2009).

No Brasil, porém, as ações realizadas pela ONU obtiveram pequeno impacto na criação de organismos e programas específicos aos jovens. Somente com o início da última década surgiram vários grupos da sociedade civil que pressionaram o poder público em prol de políticas e programas sociais voltados, especificamente, à qualificação e ao ingresso dos jovens ao mercado de trabalho. No entanto, somente em 2004 surge no país um amplo processo de diálogo entre o governo e a sociedade civil, onde o enfoque era a necessidade de criar-se uma política de juventude no país:

[...] Entre as iniciativas mais importantes nesse período, destacam-se as seguintes: i) realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que organizou debates – conferências regionais – em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas; ii) criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil; iii) realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude; iv) encaminhamento de projeto de lei (PL) propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL n° 4.529/2007); e v) encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL n° 4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e as metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 49-50).

A atual política pública brasileira voltada aos jovens está baseada em duas premissas: oportunidades e direitos. As ações e os programas sociais disponibilizados visam oferecer oportunidades e garantir direitos aos jovens brasileiros. Neste contexto, considera-se imprescindível a oferta de acesso à educação e à qualificação profissional, além de uma maior facilidade para o ingresso ao trabalho decente (CONSTANZI, 2009).

No decorrer da última década, várias medidas políticas para a juventude foram introduzidas no Brasil. Em 2003, antes da instauração da PNJ, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), com o objetivo de contribuir para a geração de mais e melhores empregos aos jovens brasileiros. Já no ano de 2007 foi criado o Projovem, onde a qualificação e a inserção ao mercado de trabalho são suas prioridades. Existiram durante o último governo outros programas voltados aos jovens, mas geralmente se direcionavam a segmentos específicos desta população ou a áreas geográficas delimitadas.

A baixa qualificação profissional, conjuntamente, com a precária escolaridade, que muitas vezes são disponibilizadas ao jovem brasileiro, faz com que sua inserção ao mercado de trabalho ocorra de modo precário, na maioria das vezes. As ações sociais oferecidas pelo



Governo Federal, nos últimos anos, aos jovens, têm sido boas alternativas para melhorar a condição profissional desta população, mas ainda há muito a ser melhorado nesta área.

### **3 MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

O objetivo desta seção é analisar o mercado de trabalho juvenil da RMPA a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2003 e de 2010. As variáveis empregadas nesta análise são a quantidade de empregados, o nível educacional por setor econômico e a remuneração recebida pelos jovens inseridos no mercado produtivo da região.

#### **3.1 OBSERVAÇÕES SOBRE AS PESQUISAS EMPÍRICAS ACERCA DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL**

A compreensão de como ocorre a inserção dos jovens no mercado de trabalho torna-se mais completa a partir de análises estatísticas do setor. Analisar o número de pessoas nesta faixa etária e quantificá-las em desempregadas, empregadas, por raça, gênero, se estudantes ou não, entre outros, é importante para se conhecer o cenário trabalhista dessa população. Esta subseção pretende apresentar alguns trabalhos nacionais que abordam o mercado de trabalho juvenil pela ótica empírica.

Corseuil e Foguel (2011), por exemplo, afirmam em seu estudo que a economia brasileira teve vários pequenos ciclos econômicos no início da última década. Porém, no período entre 2003 e 2008, o país esteve inserido em uma contínua expansão econômica. Neste intervalo, o mercado formal de trabalho teve uma alavancagem significativa, em oposição ao decréscimo das taxas de desemprego brasileiras. Os autores propõem-se a esclarecer em que medida o ciclo econômico influencia o trabalho formal. Neste sentido, é afirmado que quando o desemprego é alto, as empresas tendem a oferecer salários baixos e a contratar especialmente trabalhadores desempregados. Ao passo que com a economia voltando a crescer, as contratações formais são feitas a partir de maiores salários, retirando os trabalhadores, principalmente, das empresas informais e aumentando, assim, o grau de formalização do mercado de trabalho. No que tange às contribuições empíricas do estudo, Corseuil e Foguel (2011) exploram qual a probabilidade de um trabalhador recém-contratado formalmente ter vindo do desemprego, ou de um posto informal de trabalho, fazendo, assim, uma relação entre o ciclo econômico e a situação predominante no mercado de trabalho em determinado momento. Ainda é proposta uma análise salarial em função do mercado formal ou informal em função da situação do mercado vigente. Para testar suas teorias, os autores utilizam dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

Já no campo do emprego juvenil, especificamente, o trabalho de Garcia et al. (2010), busca compreender como ocorre para o jovem a busca pela primeira ocupação formal. Por meio de análises de séries temporais, as autoras analisam como a macroeconomia brasileira afetou o mercado de trabalho juvenil entre 1999 e 2009. A constatação a que chegam é que o ciclo econômico brasileiro tem forte influência sobre o mercado juvenil, sendo que, como já foi dito anteriormente nesta pesquisa, o segmento juvenil sofre exponencialmente quando a economia decresce, porém, não acompanha no mesmo ritmo o ciclo econômico, quando este está em ascensão.

Reis e Camargo (2007) optaram por estudar apenas as regiões urbanas brasileiras no período entre 1981 e 2002. Com o objetivo de entender a relação que existe entre inflação e a taxa de desemprego, principalmente a juvenil, os autores utilizam análises econométricas por meio da metodologia de cross- sections. Reis e Camargo (2007) afirmam que há uma relação inversa entre inflação e taxa de desemprego, especialmente entre os jovens de 18 a 20 anos.

Outro estudo neste setor é o caso de Flori (2003), que se propôs a estudar a estrutura do desemprego dos jovens no Brasil, procurando responder a razão da taxa de desemprego juvenil ser bastante superior a dos adultos. Para tanto, a autora analisou dados da PME, do IBGE, durante os anos de 1983 a 2002, nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Ela faz, primeiramente, uma decomposição da taxa de desemprego juvenil quanto a sua duração e a taxa de entrada dos jovens nesta situação. Flori (2003) percebe que o tempo que o trabalhador jovem permanece desempregado é proporcional ao tempo dos adultos, sendo que, o que os diferencia, segundo a autora, é a maior rotatividade no mercado de trabalho. Este fato ocorre em decorrência dos jovens não terem, em geral, que sustentar familiares, o que favorece a poder trocar de emprego seguidamente, em busca de uma colocação melhor no mercado. Para chegar a tal conclusão, a autora utiliza matrizes de transição.

A pesquisadora Tomás (2007), a exemplo de Flori (2003), também utiliza dados da PME sobre as seis principais regiões brasileiras. Porém, seu período de análise visa comparar as três últimas décadas por meio de estudos econométricos que buscam analisar prioritariamente os resultados por sexo e, em alguns casos, por frequência à escola. Tomás (2007) mostra que a idade de inserção no mercado de trabalho aumentou nas últimas décadas e que as características da família do jovem têm forte influência sobre a inserção deste no mercado de trabalho.

Neste segmento, outro estudo que trabalha com o mercado de trabalho juvenil é o de Thomé, Telmo e Koller (2010), que empregaram dados juvenis de sete capitais e de três

idades brasileiras entre 2003 e 2005. O seu objetivo foi traçar um panorama de como está o jovem no mercado de trabalho. Para tanto, utilizaram métodos econométricos, tais como estatísticas descritivas, qui-quadrado e teste *t* de *Student*. Constataram que os jovens trabalhadores encontram mais oportunidades de trabalho informal e recebem remuneração inferior a um salário mínimo, considerando que dedicam cinco a oito horas diárias ao emprego.

Já Bastos (2006) investiga de que forma o tamanho da população jovem na RMPA afetou a ocupação e o desemprego desse segmento no período de 1993 a 2004. Utilizando como método de estimação econométrico os mínimos quadrados ordinários, o autor chega à conclusão de que o mercado de trabalho juvenil acompanha o ciclo econômico vigente e que há uma relação negativa entre o tamanho relativo da coorte de jovens e a sua taxa de ocupação. Ou seja, a hipótese é a de que quanto maior o tamanho relativo da coorte juvenil, menor a taxa de ocupação dos jovens.

O quadro 1 apresenta um resumo dos estudos empíricos analisados, onde são expostos os períodos, as regiões e as metodologias empregadas, além dos principais resultados de cada pesquisa.

Quadro 1: Estudos Empíricos Sobre o Mercado de Trabalho Juvenil

Fonte	Período	Regiões	Metodologia	Resultado
Garcia et al. (2010)	1999-2009	A pesquisa fez uso de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).	Séries temporais.	Os resultados obtidos sugeriram que o primeiro emprego é mais sensível que o emprego como um todo e que depende relativamente mais do crescimento econômico. No entanto, constatou-se que, em períodos de estagnação econômica, o primeiro emprego reage mais fortemente, caindo com mais vigor do que o emprego total. Inversamente, nos períodos de recuperação, o primeiro emprego apresenta resposta mais lenta, relativamente ao emprego.
Reis e Camargo (2007)	1981-2002	Regiões urbanas brasileiras.	<i>Cross-section</i> .	Reduções na taxa de inflação levam a aumentos na taxa de desemprego, e esse efeito é significativamente mais acentuado para os jovens com idade entre 18 e 20 anos do que para os trabalhadores mais velhos.
Flori (2003)	1983-2002	Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.	Matriz de probabilidades.	Para os jovens, em relação a adultos e idosos, a duração no emprego é baixa, mas o desemprego é alto.
Tomás (2007)	1982/1983, 1991/1992 e 2000/2001	Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.	<i>Cross-section</i> .	O adiamento na inserção na força de trabalho entre 1983 e 2001, em quase um ano por década.
Thomé, Queiroz e Koller (2010)	2003-2005	Sete capitais – Porto Alegre, Recife, São Paulo e Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande e Manaus – e três cidades – Arcos (Minas Gerais), Presidente Prudente (São Paulo) e Maués (Amazonas).	Estatísticas descritivas, qui-quadrado e teste <i>t</i> de <i>Student</i> .	Constatou-se que os jovens trabalhadores encontram mais oportunidades de trabalho informal e recebem remuneração inferior a um salário mínimo, considerando que se dedicam cinco a oito horas diárias.

Bastos (2006)	1993-2004	Região Metropolitana de Porto Alegre.	Mínimos quadrados ordinários.	Maior sensibilidade do emprego e do desemprego juvenil ao comportamento cíclico das economias; e efeito inversamente negativo do tamanho relativo da coorte juvenil sobre seu <i>status</i> no mercado de trabalho.
---------------	-----------	---------------------------------------	-------------------------------	---

Fonte: Elaboração dos autores.

Como se observa nos estudos, o público jovem encontra, na média, dificuldade em se inserir ao mercado de trabalho. Vítima de altos níveis de desemprego, esta camada populacional sofre por não ter experiência profissional e, em muitos casos, por não ter um nível educacional satisfatório.

### 3.2 ANÁLISE SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS NA RMPA

Nesta subseção, analisou-se o mercado de trabalho juvenil na RMPA, durante o governo do presidente Lula, entre os anos de 2003 e de 2010. O objetivo estabelecido foi uma comparação entre o ano inicial e o final do período em análise, onde se especificou os dados de indivíduos empregados formalmente no último dia de cada ano em estudo. Os métodos empregados foram a estatística descritiva e a análise espacial a partir do *software* GeoDa. A RMPA é, portanto, desmembrada em seus 32 municípios para verificar onde os jovens de 16 a 24 anos estavam empregados, que remuneração recebiam e em que quantidade estavam empregados ao final do período proposto. Para tanto, optou-se em obter os dados para este estudo na RAIS do MTE. Estas informações abrangem, portanto, todos os tipos de vínculos empregatícios formais, sejam eles estatutários, celetistas, temporários ou avulsos, que se encontram ativos em 31/12 do ano em análise. Ela também registra a movimentação de admitidos e desligados mês a mês de todos os estabelecimentos formais do mercado de trabalho brasileiro. Além disso, a RAIS contempla uma grande gama de informações sociais, entre elas o nível educacional e a média salarial do trabalhador, índices estes que são utilizados no presente estudo da RMPA.

No âmbito do mercado de trabalho jovem da RMPA, o trabalho formal cresceu quase 20% no período em análise, porém, com algumas discrepâncias. Na tabela 3, apresenta-se o cenário do mercado de trabalho juvenil da RMPA nos anos de 2003 e de 2010. Como pode ser observado, a região contava com 193.601 trabalhadores jovens formalmente inseridos no mercado de trabalho ao final do ano de 2003. Os setores que concentravam mais indivíduos eram o da indústria (32,82%), do comércio (27,41%) e de serviços (36,28%). Percebe-se, que o setor industrial demandou mais jovens trabalhadores, principalmente, em cidades do Vale do Rio dos Sinos. Em oposição, os municípios mais próximos da capital gaúcha, a incluindo, foram, demandantes, em especial, de cargos no setor de serviços, seguido do comércio e da indústria, respectivamente.

Porém, no final do ano de 2010, a RMPA contabilizava 231.335 trabalhadores jovens, formalmente empregados. Um aumento de 19,49% em relação ao ano de 2003. Os setores econômicos que mais tinham empregados jovens continuavam a ser indústria (26,59%), comércio (29,82%) e serviços (38,65%). Constata-se, porém, que ocorreu uma considerável mudança na distribuição dos trabalhadores entre estes três setores: enquanto que comércio e serviços cresceram, respectivamente, 30,03% e 27,3% em relação a 2003, o setor industrial teve uma retração de seu contingente de 3,17%. Este fato demonstra uma mudança organizacional no mercado de trabalho juvenil da RMPA: a migração dos postos de trabalho juvenil do setor industrial para os outros dois setores anteriormente citados. Tendo em vista que, no período em análise, o PIB dos setores de comércio e de serviços gaúcho cresceu cerca de 27% e 24%, respectivamente, enquanto que o PIB industrial do estado avançou apenas 14%, pode-se entender esta retração do emprego industrial a favor dos outros setores, como um reflexo do mercado. Destaca-se, ainda, o setor da construção civil, que, no período em análise, cresceu 77,83%, bem acima da média dos demais (FEE, 2011).

Tabela 3: Quantidade de Jovens Trabalhadores por Município e Setor na RMPA - 2003 e 2010

Município	Indústria		Constr. Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total		% do Total	
	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010
Alvorada	430	1025	57	148	910	1143	665	559	3	2	2065	2877	1,07	1,24
Araricá	210	283	1	0	12	25	44	59	0	0	267	367	0,14	0,16
Arr. dos Ratos	78	75	4	0	87	130	84	93	12	13	265	311	0,14	0,13
Cachoeirinha	1778	2375	135	403	1587	2365	1537	2619	4	3	5041	7765	2,60	3,36
Campo Bom	4099	3178	20	44	717	920	884	967	3	13	5723	5122	2,96	2,21
Canoas	2932	3578	864	1058	3865	5443	5236	7700	9	6	12906	17785	6,67	7,69
Cap. de Santana	497	82	0	2	30	77	26	39	7	12	560	212	0,29	0,09
Charqueadas	421	562	24	7	267	359	143	144	5	12	860	1084	0,44	0,47
Dois Irmãos	3172	2186	8	59	425	553	185	256	2	1	3792	3055	1,96	1,32
Eld. do Sul	287	787	37	83	136	311	1005	516	15	12	1480	1709	0,76	0,74
Estância Velha	2112	1450	16	138	397	660	219	311	2	9	2746	2568	1,42	1,11
Esteio	1328	1411	62	232	837	1339	1110	971	1	1	3338	3954	1,72	1,71
Glorinha	119	453	70	96	40	57	809	482	10	8	1048	1096	0,54	0,47
Gravataí	4021	4520	177	205	1693	2920	1783	2289	15	13	7689	9947	3,97	4,30
Guafba	554	554	52	86	676	968	1149	634	41	61	2472	2303	1,28	1,00
Ivoti	1228	653	12	57	290	453	298	260	3	4	1831	1427	0,95	0,62
Montenegro	1666	1423	74	125	822	1038	722	815	107	137	3391	3538	1,75	1,53
Nova Hartz	1493	1845	2	8	114	162	111	50	0	0	1720	2065	0,89	0,89
Nova Sta. Rita	229	421	7	76	59	178	164	450	2	5	461	1130	0,24	0,49
N. Hamburgo	9381	7259	738	549	4648	5029	4430	4733	23	10	19220	17580	9,93	7,60
Parobé	2892	2783	11	75	280	523	240	362	1	1	3424	3744	1,77	1,62
Portão	988	936	87	148	257	380	112	144	2	1	1446	1609	0,75	0,70
Porto Alegre	9027	9969	2977	5810	28140	33672	43240	55370	234	205	83618	105026	43,19	45,40
Rolante	1120	1421	5	3	151	264	114	152	2	4	1392	1844	0,72	0,80
Sto. Ant. Patr.	1210	1051	39	53	352	559	231	363	35	33	1867	2059	0,96	0,89
São Jerônimo	121	379	3	7	194	241	163	125	9	13	490	765	0,25	0,33
São Leopoldo	3028	3338	159	517	2500	3408	2676	5957	11	13	8374	13233	4,33	5,72
Sapiranga	5679	3874	25	33	770	1283	658	598	4	3	7136	5791	3,69	2,50
Sapucaia do Sul	1704	1599	197	398	818	1490	605	635	22	0	3346	4122	1,73	1,78
Taquara	825	1063	15	33	657	825	510	525	8	7	2015	2453	1,04	1,06
Triunfo	267	372	56	61	161	210	408	449	18	55	910	1147	0,47	0,50
Viamão	640	618	84	188	1169	2009	672	779	143	53	2708	3647	1,40	1,58
Total	63536	61523	6018	10702	53061	68994	70233	89406	753	710	193601	231335	100,00	100,00
% do Total	32,82	26,59	3,11	4,63	27,41	29,82	36,28	38,65	0,39	0,31	100	100	-	-
Δ% 2010/2003	-	-3,17	-	77,83	-	30,03	-	27,30	-	-5,71	-	19,49	-	-

FONTE: Elaboração própria a partir de dados da RAIS (2003; 2010).

Na tabela 4 é analisada a remuneração recebida pelos jovens em 2003 e em 2010, por cidade e por setor da RMPA. Observa-se uma forte retração na remuneração recebida pelos jovens trabalhadores na RMPA durante o período em análise. Em todas as cidades da região (com exceção de Eldorado do Sul) ocorreram diminuições nos salários recebidos. Cabe lembrar que a análise é baseada no salário mínimo vigente em cada período. Na média, a população juvenil da RMPA recebia 24% menos em 2010 do que em 2003, em termos de salário mínimo.

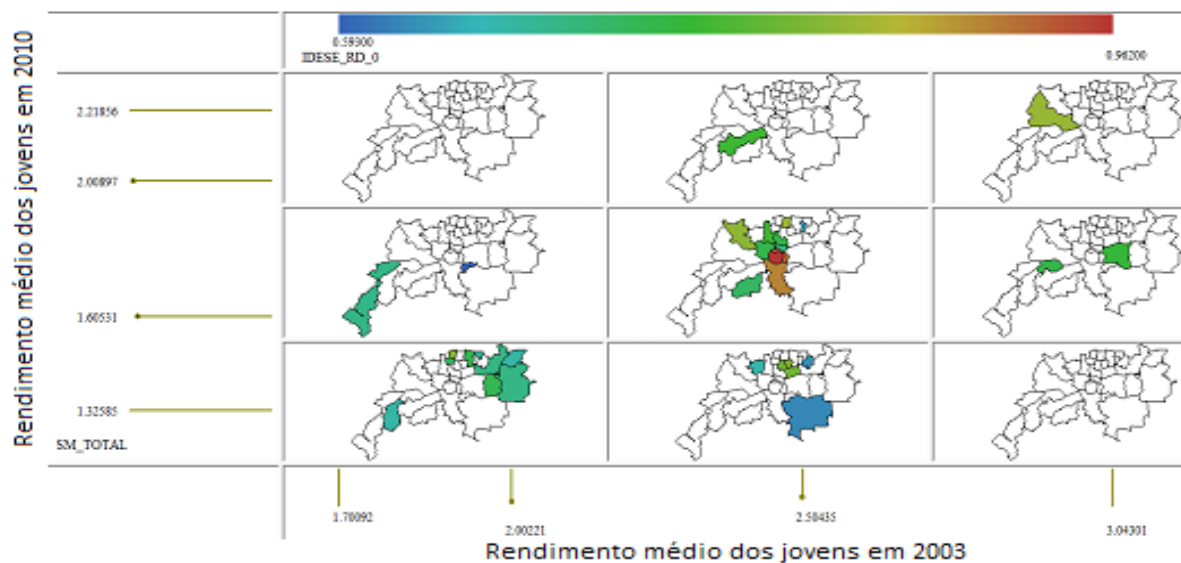
Tabela 4: Remuneração dos Jovens por Município e Setor na RMPA - 2003 e 2010 (em Salários Mínimos)

Município	Indústria		Constr. Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Média		Δ% 2010/2003
	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010	
Alvorada	2,07	1,89	2,07	1,45	1,79	1,45	1,99	1,61	1,32	1,13	1,92	1,64	-14,76
Araricá	2,14	1,83	2,95	0,00	1,65	1,51	1,69	1,64	0,00	0,00	2,04	1,78	-13,03
Arroio dos Ratos	2,16	1,43	1,37	0,00	1,63	1,33	1,56	1,27	1,63	1,12	1,76	1,33	-24,59
Cachoeirinha	2,67	1,86	1,95	1,50	1,89	1,53	2,04	1,50	1,62	2,70	2,21	1,62	-26,90
Campo Bom	2,13	1,57	2,01	1,25	2,06	1,48	2,28	1,63	1,94	1,44	2,14	1,56	-26,97
Canoas	3,12	2,08	2,41	2,17	2,03	1,53	2,17	1,55	1,76	1,68	2,36	1,69	-28,53
Capela de Santana	2,04	1,36	0,00	2,22	1,68	1,46	2,01	1,84	1,43	1,51	2,01	1,50	-25,35
Charqueadas	4,11	2,45	2,24	1,58	1,57	1,33	1,90	1,69	1,48	1,55	2,89	1,96	-32,02
Dois Irmãos	2,06	1,59	2,77	1,37	2,10	1,71	2,25	1,78	1,57	0,83	2,07	1,62	-21,74
Eldorado do Sul	3,52	2,81	2,31	1,46	2,15	1,70	1,82	1,77	1,62	1,30	2,19	2,22	1,27
Estância Velha	1,86	1,58	1,69	1,41	1,91	1,52	2,35	1,77	2,43	1,41	1,90	1,58	-17,15
Esteio	2,42	1,80	1,86	2,10	1,97	1,53	2,33	1,71	1,68	1,17	2,26	1,70	-24,86
Glorinha	2,45	2,06	2,12	1,60	1,76	1,41	1,84	0,93	1,40	1,34	1,92	1,48	-22,76
Gravatá	3,04	1,95	2,28	1,52	1,84	1,43	2,49	1,68	1,39	1,67	2,63	1,73	-34,40
Guaíba	3,20	2,07	1,98	1,84	1,76	1,39	2,03	1,59	1,84	1,59	2,22	1,63	-26,49
Ivoti	2,03	1,55	1,58	1,25	1,90	1,51	1,97	1,69	1,55	1,53	2,00	1,55	-22,33
Montenegro	2,36	1,81	1,91	1,56	1,78	1,45	2,09	1,67	1,92	1,55	2,14	1,65	-22,77
Nova Hartz	1,95	1,36	1,38	1,11	1,95	1,36	2,16	1,79	0,00	0,00	1,96	1,37	-30,19
Nova Santa Rita	2,67	1,91	2,03	1,76	2,06	1,55	2,10	1,59	1,48	1,53	2,38	1,71	-27,84
Novo Hamburgo	2,03	1,61	2,06	1,67	2,03	1,53	2,27	1,64	1,69	1,17	2,09	1,60	-23,43
Parobé	1,99	1,45	1,69	1,24	1,85	1,39	2,38	1,61	1,30	0,65	2,01	1,45	-27,85
Portão	2,24	1,71	3,93	2,17	1,94	1,50	2,61	1,65	1,41	1,17	2,31	1,70	-26,70
Porto Alegre	2,57	1,96	2,05	1,75	1,99	1,55	2,50	1,83	2,12	1,71	2,32	1,75	-24,56
Rolante	1,61	1,23	2,22	1,34	1,67	1,40	2,66	1,75	1,41	1,56	1,70	1,46	-14,40
Santo Antônio da Patrulha	1,64	1,29	2,04	2,12	1,79	1,39	1,98	1,48	1,69	1,81	1,72	1,38	-19,81
São Jerônimo	2,41	1,76	1,57	1,58	1,65	1,49	2,10	1,55	1,54	1,20	1,99	1,63	-17,89
São Leopoldo	2,51	2,02	1,82	1,48	1,96	1,50	2,26	1,50	1,85	1,63	2,25	1,63	-27,46
Sapiranga	1,96	1,43	2,06	1,18	2,00	1,48	2,38	1,74	2,43	2,09	2,00	1,47	-26,31
Sapucaia do Sul	2,54	1,91	2,36	1,97	1,84	1,52	2,44	1,85	1,70	0,00	2,34	1,76	-24,48
Taquara	1,69	1,37	1,47	1,36	1,77	1,40	2,11	1,64	1,71	1,60	1,82	1,44	-20,89
Triunfo	4,84	3,15	2,21	2,25	1,67	1,34	2,58	1,92	1,72	1,56	3,04	2,21	-27,34
Viamão	2,50	1,91	1,87	1,52	1,73	1,42	2,19	1,62	1,76	1,66	2,03	1,56	-23,28

Fonte: Elaboração própria do autor a partir da RAIS (2003; 2010).

Na figura 1 observa-se que os municípios com melhor IDESE Renda (Canoas, Esteio, Cachoeirinha e Porto Alegre) localizavam-se em uma faixa salarial intermediária quando analisado o rendimento médio que os jovens recebiam, tanto em 2003 quanto em 2010. Enquanto as cidades com melhor IDESE tinham, em 2003, uma remuneração média de seus jovens entre 2,36 e 2,31 salários mínimos, no ano de 2010 elas apresentavam médias salariais entre 1,68 e 1,74 salários mínimos. Por outro lado, os municípios com pior IDESE Renda (Alvorada, Viamão, Parobé e Araricá), no ano de 2003, tinham entre seus jovens uma renda média entre 1,92 e 2,04 salários mínimos. Porém, em 2010, essa remuneração caiu para níveis entre 1,44 e 1,77 salários mínimos.

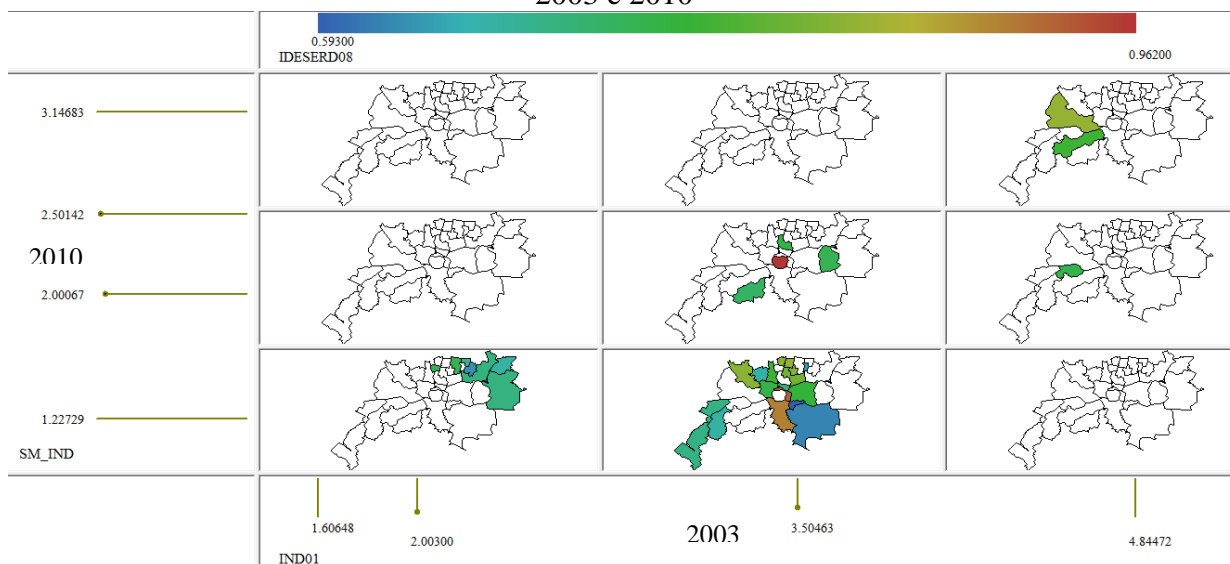
Figura 1: Salário Médio dos Jovens da RMPA em relação ao IDESE Renda - 2003 e 2010



Fonte: Elaboração dos autores a partir do *software* GeoDa.

Interessante observar que o salário médio da indústria está, espacialmente, dissociado do IDESE Renda. Os dois municípios com elevado salário médio da indústria, nos dois anos base, foram os que apresentaram IDESE Renda próximo a média. Já os municípios com elevado IDESE foram aqueles que apresentaram baixo salário médio, em 2010, – Porto Alegre, Esteio e Cachoeirinha – e médio em ambos os períodos – Canoas (figura 2).

Figura 2: Salário Médio dos Jovens da RMPA na Indústria em relação ao IDESE Renda - 2003 e 2010



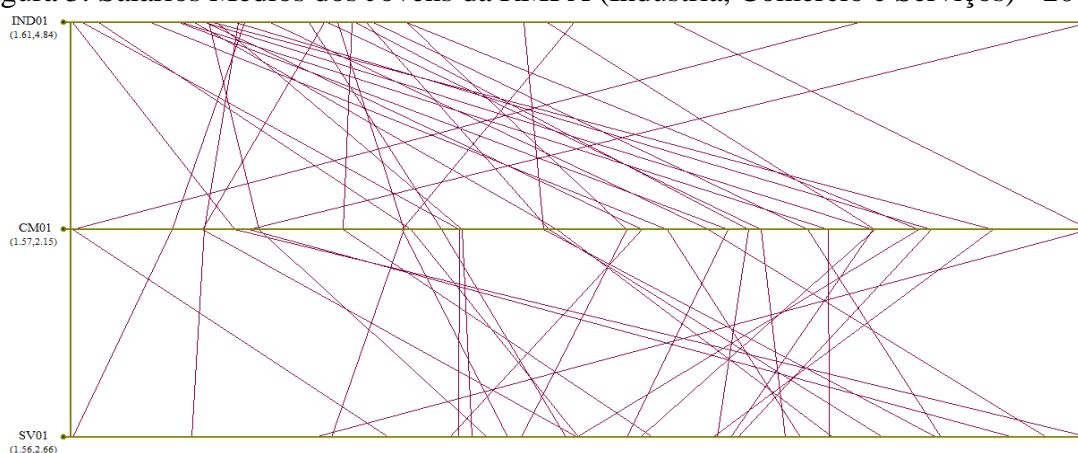
Fonte: Elaboração dos autores a partir do *software* GeoDa.

A análise deste setor justifica-se por ser um dos principais demandantes de mão-de-obra juvenil na RMPA, juntamente com os setores de comércio e de serviços.

Como pode ser observado na figura 3, a relação entre indústria e comércio foi fortemente negativa, evidenciando que regiões com elevado salário na indústria apresentavam

baixos salários no comércio, porém esta mesma relação não se verifica para o setor de serviços como um todo.

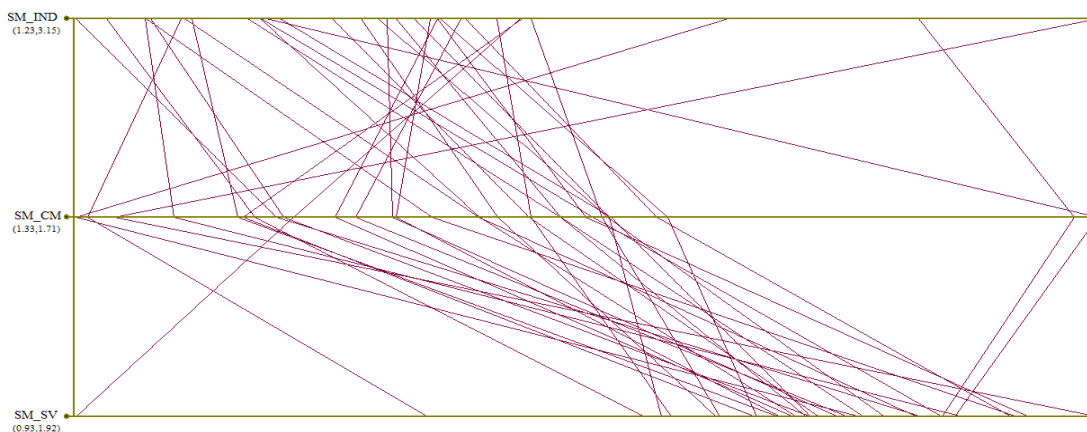
Figura 3: Salários Médios dos Jovens da RMPA (Indústria, Comércio e Serviços) - 2003



Fonte: Elaboração dos autores a partir do *software* GeoDa.

Porém, as relações de rendimentos entre setores se modificaram sensivelmente no período analisado. A correlação entre os salários da indústria e do comércio continuam sendo negativa, porém em menor intensidade. Já o da indústria com o comércio e este com serviços que não era observada de forma significativa em 2003 passa a ser intensa e negativa em 2010, como pode ser observado na figura 4.

Figura 4: Salários Médios dos Jovens da RMPA (Indústria, Comércio e Serviços) - 2010



Fonte: Elaboração dos autores a partir do *software* GeoDa.

Ao se analisar o IDESE da RMPA a partir de seus diferentes blocos, nota-se o alto grau que a região possui em nível educacional. Em relação ao IDESE Educação, a cidade de Glorinha possui a pior educação da região, mas mesmo assim ela alcança uma marca educacional de alto desenvolvimento (0,800). Por outro lado, Esteio lidera o IDESE educacional (0,896). Apesar de o governo gaúcho não ter ofertado nenhuma política voltada aos jovens, no período, a região pode contar com bons níveis de educação e de distribuição de renda.



Na tabela 5, contempla-se uma exposição dos valores dos salários mínimos vigentes em cada ano no governo do presidente Lula. Adicionalmente, analisa-se o percentual de reajuste do salário, bem como o nível de inflação que vigorava na época.

Tabela 5: Salário Mínimo e Inflação – 2003-2010

Vigência	Salário Mínimo (R\$)	$\Delta\%$	Inflação a.a. (%)
01/04/2002	200,00	-	-
01/04/2003	240,00	20,00	9,30
01/05/2004	260,00	8,33	7,60
01/05/2005	300,00	15,38	5,69
01/06/2006	350,00	16,67	3,14
01/04/2007	380,00	8,57	4,46
01/03/2008	415,00	9,21	5,90
01/02/2009	465,00	12,05	4,31
01/01/2010	510,00	9,68	5,91
Acumulado	-	99,89	46,31

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de BCB (2011) e MTE (2011).

Uma possível explicação para o aumento do nível de emprego para os jovens na região e a queda nos níveis de remuneração no período pode ser observada nos dados da tabela 5, onde se percebe que o salário mínimo teve um aumento real maior do que 53% durante os mandatos do último governo. Este número representa mais do que o dobro de quanto cresceu o número de trabalhadores jovens na região (19,49%), durante o mesmo espaço de tempo.

Os resultados obtidos neste estudo se assemelham aos verificados em alguns estudos apresentados na subseção 3.1, como é o caso de Garcia et al. (2010) e de Bastos (2006), por exemplo. Estes afirmam que em períodos de ciclos econômicos crescentes, o mercado de trabalho juvenil não responde na mesma proporção positiva. Isto colabora para a explicação dos dados encontrados no presente estudo, em que se verificou a defasagem da remuneração dos jovens na RMPA, frente ao salário mínimo que teve, conjuntamente com a economia brasileira, um elevado crescimento real no período de 2003 a 2010.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de mercado de trabalho, percebe-se uma evolução no cenário brasileiro, principalmente nas últimas décadas. Após a abertura comercial do início dos anos 1990, o Brasil passou por períodos de aprendizado econômico e seu mercado de trabalho esteve inserido em um processo de redefinições da estrutura produtiva e tecnológica, o que o está incluindo entre as mais fortes economias emergentes mundiais. É neste cenário de avanços econômicos e de (ainda) insuficiente educação de qualidade que os jovens brasileiros entram no mercado de trabalho. Geralmente, isto ocorre de forma precária, com altas taxas de desemprego (18%) e informalidade (60,5%), segundo dados de 2006 relatados por Constanzi (2009). Juntamente a isto, ocorrem baixos níveis de rendimento e proteção social dentre esta

população. A situação evidencia como a juventude brasileira carece com um elevado déficit de trabalho decente e de condições de se preparar a ele.

O estado do Rio Grande do Sul, bem como a RMPA, tiveram nos últimos anos uma evolução positiva de seu mercado de trabalho. Porém, nota-se que na última década o contingente de jovens que estudam e trabalham na RMPA teve um avanço mais expressivo do que aqueles que somente trabalham.

No âmbito do mercado de trabalho jovem da RMPA, o trabalho formal cresceu quase 20% no período em análise, porém tal fato ocorreu com algumas discrepâncias entre os setores econômicos e as diferentes cidades da região. Pelas análises feitas, percebeu-se uma retração dos postos de trabalho da indústria em comparação aos postos de comércio e de serviços. Se por um lado o contingente de jovens trabalhadores aumentou durante o governo do presidente Lula, por outro, a remuneração teve uma queda de 23,31% durante 2003-2010. Este recuo da renda explica-se, pois no estudo foi utilizado como parâmetro o salário mínimo nacional. Este, por sua vez, teve um forte aumento no período, chegando a praticamente dobrar seu valor nominal, com crescimento real de mais de 53% no mesmo período em análise.

Conclui-se, portanto, que durante os últimos dois mandatos presidenciais, de 2003 a 2010, o mercado de trabalho juvenil evoluiu, tendo sido elevado seu contingente. Contribuiu para isso o ciclo econômico favorável no período, assim como o empenho do governo federal na instituição e na manutenção de programas sociais voltados à qualificação e à inserção dos jovens ao mercado de trabalho. Na RMPA, foco do estudo, não foi diferente. Os jovens que chegaram ao mercado tiveram, na média, uma boa inserção ao longo do período. Esta população elevou-se de 2003 a 2010, tendo aumentado seu nível educacional e postergado, na média, sua inserção ao mundo do trabalho, preferindo manter-se estudando por mais tempo, ao invés de lançar-se à vida profissional com pequena qualificação. Notou-se, no período, uma queda da renda recebida pelos jovens da RMPA, quando medida em salários mínimos, mas esta situação se explica pelo elevado acréscimo real que teve o principal balizador de remuneração do Brasil.

Ao final, sugere-se, para estudos futuros, uma análise mais profunda sobre os grupos que formam a população jovem da RMPA e sua inserção ao mercado de trabalho. As dificuldades que estes enfrentam, em especial, grupos formados por negros, mulheres e pobres devem ser alvo de uma melhor análise para poder-se avançar no campo da inserção jovem ao mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Raul Luís Assumpção, MATOS, Jéferson Daniel de. Uma análise exploratória dos fatores que condicionam a participação dos jovens nas atividades de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, Número Especial, p. 853-876, 2008.
- BASTOS, Raul Luís Assumpção. Jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: quais as mudanças relevantes nos anos 2000? **Textos para Discussão FEE**, Porto Alegre, n. 86, dez. 2010c.
- BASTOS, Raul Luís Assumpção. A Inserção dos Jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego. In: BASTOS, Raul Luís Assumpção (Coord.). **Dimensões da Precarização do Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2007. p. 153-192.
- BASTOS, Raul Luís Assumpção. Crescimento populacional, ocupação e desemprego dos jovens: a experiência recente da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista Brasileira de estudos da população**. [online]. 2006, vol.23, n.2, p. 301-315. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010230982006000200007&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010230982006000200007&script=sci_arttext&tlng=en)> Acesso em: 23 nov. 2010.
- BASTOS, Raul Luís Assumpção. Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos da experiência dos anos 2000. **Textos para Discussão FEE**, Porto Alegre, n. 76, jul. 2010b.
- BASTOS, Raul Luís Assumpção. Mudanças estruturais no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul: 1981-2007 In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C.; GRANDO, Marinês Zandavali; TERUCHKIN, Sônia Unikowsky; FARIA, Luiz Augusto Estella (Org.). **A evolução social**. Porto Alegre: FEE, 2010d.
- BASTOS, Raul Luís Assumpção. O segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na escolaridade. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, Número Especial, p. 271-298, maio 2005.
- BASTOS, Raul Luís Assumpção. Tabelas Jovens [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <xxxxxxx@hotmail.com> em 12/08/2010a.
- BCB. **Banco Central do Brasil**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. MTE. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/politicas\\_juventude/](http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/)>. Acesso em: 17 abr. 2011a.
- CONSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220 p.
- CORSEUIL, Carlos Henrique L.; FOGUEL, Miguel N. **Expansão econômica e aumento da formalização das relações de trabalho: uma abordagem através das contratações**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. (Texto para Discussão, n. 1571).
- FEE. **FEEDADOS**. Porto Alegre: FEE, 2011. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel\\_modulo\\_pesquisa.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp)>. Acesso em: 11 jun. 2011.
- FEE. **Informe PED: Notas Metodológicas**. Porto Alegre: FEE, 2010. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg\\_boletins\\_ped\\_mensal\\_notas.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_boletins_ped_mensal_notas.php)>. Acesso em: 16 nov. 2010.
- FLORI, Priscila Mattias. **Desemprego de jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro**. 2003. 77 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GARCIA, Maria de Fátima; ARAÚJO, Elisangela Luzia; FAUSTINO, Izabel Aparecida; et al. **A condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro: uma análise comparativa entre**

o emprego e o primeiro emprego (1999-2009). Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/378274ec6daa7173691f0f0cc6ad565caad.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; ANDRADE, Carla Coelho de (coords). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 111-128.

GOVERNO Lula termina com aprovação recorde, diz CNI/Ibope. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 dez. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/12/16/governo-lula-termina-com-aprovacao-recorde-diz-cni-ibope-923304406.asp>. Acesso em 20 jul. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. MTE. **Boletim de Indicadores do Mercado de Trabalho**: Resumo dos Contratos de Aprendizagem N° 01. Brasília: MTE, 2011. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/observatorio/apreend\\_boletim2010.pdf](http://www.mte.gov.br/observatorio/apreend_boletim2010.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2011.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007. 120 p.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/XOLAPW.dll/fsmMain?C=false&D=false>>. Acesso em 20 jul. 2011.

REIS, Mauricio Cortez; CAMARGO, José Márcio. Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. **Revista Brasileira de Economia**. [online]. 2007, vol.61, n.4, pp. 493-518. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471402007000400004&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471402007000400004&script=sci_arttext&tlng=en)>. Acesso em: 23 nov. 2010.

SEPLAG. **Secretária de Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=244>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; ANDRADE, Carla Coelho de (coords). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 43-69.

THOMÉ, Luciana Dutra; TELMO, Alice Queiroz e KOLLER, Silvia Helena. Inserção laboral juvenil: contexto e opinião sobre definições de trabalho. **Paidéia (Ribeirão Preto)** [online]. 2010, vol.20, n.46, pp. 175-185. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2010000200005&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2010000200005&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 23 nov. 2010.

TOMÁS, Maria Carolina. **O Ingresso dos jovens no mercado de trabalho**: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Demografia)- Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.